

SESSENTA ANOS DE *NOSTRA AETATE*: MEMÓRIA, CONVERSÃO E ESPERANÇA

Nayon Nigel da Silva Melo CEZAR, Bacharel em filosofia faculdade Paulo VI, SP; Bacharel em Teologia, Pontifical Salesian University, Jerusalém, Licenciado em História, Centro universitário Estácio de Ribeirão Preto, SP; Especialista em Cultura, Judaico-Cristã, história e teologia pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos, SP. *

Em 2025, a Igreja Católica celebra o 60º aniversário da declaração *Nostra Aetate*, um texto fundamental do Concílio Vaticano II que inaugurou uma nova era nas relações entre a Igreja Católica e o Judaísmo. Para marcar esta ocasião, o Instituto Católico de Paris (ICP), o Collège des Bernardins e as Faculdades Loyola Paris, em parceria com a KTO (canal de televisão católico de língua francesa), unem forças para oferecer dois dias de reflexão, diálogo e encontros.

No dia 8 de outubro, o Instituto Católico de Paris (ICP) realizou a sessão inaugural solene na presença do Cardeal Kurt Koch, Prefeito do Dicastério para a Promoção da Unidade dos Cristãos, do Rabino Chefe da França, Haïm Korsia, e do Bispo Auxiliar de Reims, Étienne Vetö.

No dia 9 de outubro, o Collège des Bernardins reuniu figuras importantes do diálogo judaico-cristão – líderes religiosos, teólogos e pesquisadores – para discutir a *Nostra Aetate* e o diálogo inter-religioso. Entre as sessões programadas está uma discussão com o Rabino Rivon Krygier e o Bispo Etienne Vetö, intitulada “Um Rabino e um Bispo Sonham com o 100º Aniversário da *Nostra Aetate*”.

Ambas conferências e seus respectivos vídeos, foram publicados no site da KTO no dia 13 de outubro de 2025.

Abaixo, apresentam-se *insights* propostos a partir das conferências sobre a preeminência da Declaração *Nostra Aetate*, de maneira particular, nas relações entre a Igreja e o Judaísmo.

O clamor da memória e o nascimento de um caminho espiritual

Há momentos na história em que a humanidade se vê obrigada a deter o passo, olhar para trás e permitir que a memória se torne lugar de verdade. Entre esses momentos, poucos são tão decisivos quanto o impacto moral e espiritual provocado pela Shoah. Não apenas pela dimensão do horror, mas pela revelação perturbadora do que o ser humano é capaz de fazer

* E-mail: pnncezar@uol.com

quando se afasta da dignidade do outro e se fecha à voz de Deus. Em meio à reflexão sobre esse abismo, uma frase atribuída ao Primo Levi continua a ressoar como advertência e apelo: “compreender plenamente talvez seja impossível, mas conhecer — isto é, reconhecer, recordar, deixar-se interpelar — permanece absolutamente necessário”. A memória, quando acolhida com humildade, torna-se uma mestra espiritual.

Foi dessa memória que brotou a *Nostra Aetate*. O Concílio Vaticano II (1962-1965) respirava o desejo de renovação, mas carregava também a responsabilidade de enfrentar um legado doloroso: séculos de incompreensões entre cristãos e judeus, leituras teológicas mal orientadas, linguagem pastoral que, em certos momentos da história, alimentou preconceitos e feridas.

São João XXIII, com a sensibilidade de um pastor que escuta antes de falar, intuiu que a Igreja não poderia entrar plenamente no diálogo com o mundo moderno sem antes purificar o olhar voltado ao povo judeu. Seu encontro com o historiador Jules Isaac, sobrevivente da perseguição e estudioso das distorções cristãs sobre o judaísmo, não foi apenas uma reunião protocolar; foi um desses encontros nos quais a verdade se torna urgente. Nesse encontro, a necessidade de rever o “ensino do desprezo” adquiriu contornos espirituais e morais.

Quando o texto começou a ser elaborado, resistências surgiram. Havia tensões políticas externas ao Concílio e temores internos de que um gesto conciliador pudesse ser interpretado como abandono da identidade cristã. Contudo, o processo conciliar foi permitindo que a luz do Espírito atravessasse tais resistências. O resultado foi uma declaração breve, mas de extraordinária profundidade. Ao afirmar que a Igreja, “ao sondar seu próprio mistério, encontra-se espiritualmente ligada à descendência de Abraão” (NA 4), o Concílio não apenas reconheceu a origem judaica da fé cristã; reconheceu também que a “Aliança de Deus com Israel nunca foi revogada”. Essa afirmação, pronunciada com simplicidade e firmeza, inaugurou um novo modo de olhar. Onde antes havia distância, agora se redescobria a proximidade. Onde antes havia desconfiança, agora nascia respeito. Onde antes se viam erros teológicos sedimentados pelo tempo, agora se abria um caminho de conversão.

A *Nostra Aetate* não se limitou ao judaísmo. Ela ampliou o horizonte cristão, reconhecendo a ação de Deus também em outras tradições religiosas, nas quais se vislumbra reflexos da verdade divina. Isso não diminuiu a originalidade do cristianismo; pelo contrário, permitiu que ele respirasse novamente o ar amplo do Espírito, “que sopra onde quer” (Jo 3,8). A Igreja redescobriu sua vocação ao diálogo — não um diálogo estratégico, mas espiritual, expressão da própria lógica do Evangelho. No encontro respeitoso com o outro, a fé cristã reencontra sua forma mais autêntica: a do amor que não teme, porque sabe de quem vem.

Sessenta anos de caminho: frutos, maturações e conversões

A partir da *Nostra Aetate*, um vasto campo de possibilidades se abriu. Os sessenta anos que se seguiram testemunharam um florescimento sem precedentes no diálogo entre judeus e cristãos. O gesto marcante de São João Paulo II na Sinagoga de Roma, chamando o povo judeu de “irmãos mais velhos”, tornou-se símbolo de uma mudança profunda. Sua oração silenciosa diante do Muro Ocidental em Jerusalém, pedindo perdão pelos pecados cometidos contra o povo da Aliança, materializou a conversão da memória iniciada pelo Concílio.

Vemos que esse caminho não se limitou a gestos pontuais. Centros acadêmicos, comissões de diálogo, documentos orientativos e iniciativas pastorais começaram a surgir em toda parte do mundo. A teologia cristã passou a revisitar suas raízes judaicas com mais atenção. A catequese, marcada durante séculos por expressões simplistas ou mesmo depreciativas, foi sendo purificada. A pesquisa bíblica se beneficiou imensamente desse novo olhar, permitindo que cristãos e judeus dialogassem sobre as Escrituras compartilhadas com maturidade. Em muitos lugares, parcerias em ações sociais revelaram que o diálogo não é apenas intelectual, mas concreto: fé que se traduz em cuidado.

Ao mesmo tempo, o diálogo inter-religioso ampliou sua presença na vida e no magistério da Igreja. A Declaração abriu portas para encontros que antes pareciam impossíveis. A oração em Assis, em 1986 — um marco que, em certa medida, nasce do espírito da *Nostra Aetate* — mostrou ao mundo que as religiões, quando reconhecem a dignidade uma das outras, tornam-se instrumentos de paz. Bento XVI, com sua precisão teológica, aprofundou o diálogo com o judaísmo e deu passos significativos no campo do respeito inter-religioso. Francisco, por sua vez, foi também uma voz incansável contra todo tipo de fanatismo religioso, insistindo que a fraternidade é o nome espiritual da paz. E atualmente o papa Leão XIV, ainda no início do seu pontificado, dá sinais de que esse caminho continuará.

Mas, ao longo desses sessenta anos, nem tudo foi simples. A recepção da *Nostra Aetate* não ocorreu de forma homogênea. Em alguns ambientes, o documento foi acolhido com entusiasmo e transformou mentalidades. Em outros, encontrou resistência, sobretudo por causa de leituras superficiais que confundiram diálogo com relativismo. Parte do desafio atual é continuar esclarecendo que abrir-se ao outro não significa renunciar à própria fé; significa vivê-la com maturidade. O encontro exige identidade e humildade: identidade, para saber o que se oferece ao outro; humildade, para reconhecer que o Espírito atua de formas que nem sempre compreendemos.

O mundo também mudou. Convivemos hoje com fenômenos que o Concílio não poderia prever: o avanço das redes digitais, que tanto podem aproximar quanto intensificar discursos de ódio; a fragmentação social e religiosa; os novos nacionalismos; o resurgimento de formas antigas e novas de antissemitismo. A ferida da Shoah continua a servir como alerta, mas percebemos que o veneno do ódio pode se infiltrar novamente em discursos aparentemente banais. O crescimento de tensões no Oriente Médio e o uso político da religião em diferentes contextos tornam ainda mais urgente o espírito conciliador da *Nostra Aetate*.

Dentro da própria Igreja, há desafios formativos. Muitos cristãos ainda desconhecem o conteúdo da declaração. A catequese, em vários lugares, permanece distante de suas intuições centrais. Há quem ainda use a linguagem do passado sem perceber que ela já não expressa a verdade teológica que professamos. Formar o povo de Deus para o diálogo, para a reverência diante das tradições religiosas, para o respeito profundo ao povo judeu e para o discernimento sobre a ação universal do Espírito tornou-se tarefa pastoral necessária. A *Nostra Aetate* continua sendo um texto jovem, porque sua sabedoria ainda precisa descer mais profundamente ao cotidiano das comunidades.

O desafio espiritual do presente e a esperança que não decepciona

Celebrar seis décadas da *Nostra Aetate* é mais do que revisitar sua história; é deixar-se questionar por sua atualidade espiritual. A declaração continua a desafiar a Igreja a cultivar uma espiritualidade do encontro. Isso significa formar cristãos capazes de reconhecer Deus agindo no outro antes mesmo de encontrá-Lo. O Evangelho não se anuncia com medo, mas com confiança. E essa confiança nasce da certeza de que a verdade cristã, sendo dom de Deus, não teme a presença da graça fora de suas fronteiras visíveis.

Nesse sentido, a *Nostra Aetate*, pede a todos nós, algo profundamente evangélico: a conversão do olhar. Um olhar restaurado pela graça é capaz de enxergar no judaísmo não um rival histórico, mas um irmão que partilha conosco a mesma raiz espiritual. É capaz de compreender que a fidelidade de Deus à Aliança é irrevogável, e que essa fidelidade ilumina nossa própria compreensão da história da salvação. Esse olhar também se estende a todas as religiões, reconhecendo nelas expressões autênticas da busca humana pelo transcendente. A fé cristã, longe de diminuir-se nesse encontro, torna-se mais luminosa, pois revela sua vocação ao universal, à comunhão, à paz.

Mas essa conversão não é fácil. Ela exige combater a indiferença, que anestesia o coração, e o fanatismo, que o endurece. Exige superar a tentação de usar a religião como

bandeira ideológica. Exige, acima de tudo, cultivar a humildade — não a humildade servil, mas aquela humildade que nasce da contemplação do mistério de Deus, sempre maior que nossas fronteiras. Humildade é a virtude que nos permite reconhecer que o outro, mesmo diferente, é portador de um dom que eu ainda não conheço. É assim que a espiritualidade do diálogo se torna parte integrante da missão cristã.

E essa esperança que brota da *Nostra Aetate* não é ingênua. Ela conhece o peso da história. Ela sabe que o mal pode retornar. Ela sabe que o coração humano, quando ferido, pode levantar muros. Mas essa esperança é teológica: nasce de Deus e, por isso, não se esgota. O que o Concílio semeou há sessenta anos continua frutificando porque nasceu do Espírito. E onde o Espírito age, a história se abre a possibilidades novas.

À medida que o mundo se torna mais interconectado e simultaneamente mais fragmentado, cresce a responsabilidade dos cristãos de serem artesãos de unidade. Essa expressão, tão cara ao magistério recente, é talvez a forma mais concreta de descrever o legado da *Nostra Aetate*. O cristão é chamado a ser ponte — não por estratégia, mas por vocação. Ser ponte é entrar na lógica da Encarnação: Deus que atravessa o abismo para encontrar o humano. Ser ponte é assumir a tarefa de aproximar, reconciliar, curar, mesmo quando o contexto social e político parece caminhar na direção contrária. Ser ponte é tornar-se, em certo sentido, sacramento da paz.

Ao olhar para os próximos sessenta anos, fica claro que o espírito da declaração continua necessário — talvez mais necessário do que nunca. A convivência entre culturas e religiões exige maturidade espiritual, e a maturidade espiritual exige diálogo. A tentação do isolamento ou da arrogância não constrói futuro. Já o caminho apontado pela *Nostra Aetate*, sustentado pela memória e pela fé, permite à Igreja continuar anunciando o Evangelho com credibilidade. Um Evangelho que, para ser verdadeiramente de Cristo, deve ser sempre construído sobre o mandamento maior: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo — inclusive, e sobretudo, o próximo diferente.

Ao final dessa caminhada reflexiva, percebemos que a *Nostra Aetate* permanece como um dos mais belos dons do Concílio Vaticano II. Nela, a Igreja deixou-se tocar pela dor da história e permitiu ao Espírito remodelar seu coração. Sessenta anos depois, a declaração continua a iluminar nossa identidade cristã e a apontar para o que somos chamados a ser: servidores da reconciliação, testemunhas da fraternidade, construtores da paz. Se Levi tinha razão ao lembrar que compreender plenamente o horror é impossível, também é verdade que acolher a verdade da memória nos torna mais humanos e mais fiéis ao Evangelho. Porque a



memória, quando purificada pela graça, abre-nos à esperança — e a esperança, quando firmada em Deus, não decepciona (Rm 5,5).